

A hand is shown from the bottom, holding a glowing, wireframe scale of justice. The scale is composed of white lines and dots, giving it a digital or futuristic appearance. The background is a soft blue with bokeh light effects. The text is centered over the scale.

**Renata Luciane Polsaque Young Blood  
(Organizadora)**

# **Ciências Sociais e Direito 3**

Renata Luciane Polsaque Young Blood  
(Organizadora)

## Ciências Sociais e Direito 3

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © da Atena Editora  
**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Diagramação e Edição de Arte:** Lorena Prestes  
**Revisão:** Os autores

#### **Conselho Editorial**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
C569	Ciências sociais e direito 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Renata Luciane Polsaque Young Blood. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Ciências Sociais e Direito; v. 3)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-264-7 DOI 10.22533/at.ed.647191604  1. Ciência sociais. 2. Direito. 3. Sociologia. I. Blood, Renata Luciane Polsaque Young.  CDD 307
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

As Ciências Sociais reúnem campos de conhecimento com foco nos aspectos sociais das diversas realidades humanas. Entre eles pode-se citar o Direito, a Economia, a Administração e o Serviço Social. A partir da abordagem transdisciplinar destes conhecimentos, é possível estimular uma nova compreensão da realidade por meio da articulação de elementos que perpassam entre, além e através de temas comuns, numa busca de compreensão de fenômenos complexos, como as necessidades da sociedade e o viver em sociedade.

A Coletânea Nacional “Ciências Sociais e Direito” é um e-book composto por 21 artigos científicos que abordam assuntos atuais com a perspectiva transdisciplinar, como: os métodos auto compositivos como novos caminhos de acesso à justiça e a tutela provisória de urgência como proteção de direitos no novo código de processo civil, a ocupação dos espaços públicos como forma de perpetuação do poder local e a legalização de ocupações e seus impactos ambientais, as discussões sobre os modelos econômicos e suas relações com o desenvolvimento social e o acesso à justiça, as causas/consequências do fenômeno migratório e a ressignificação de Direitos Humanos, e a globalização como característica fundante da Modernidade, entre outros.

Mediante a importância, necessidade de atualização e de acesso a informações de qualidade, os artigos elencados neste e-book contribuirão efetivamente para disseminação do conhecimento a respeito das diversas áreas das Ciências Sociais e do Direito, proporcionando uma visão ampla sobre estas áreas de conhecimento.

Desejo a todos uma excelente leitura!

**Prof. Ms. Renata Luciane Polsaque Young Blood**

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL - AS CAUSAS DE AUTOCOMPOSIÇÃO E A POSSIBILIDADE DE ESCOLHA DOS ATOS E PROCEDIMENTOS ANTES OU DURANTE O PROCESSO	
Michael Martins de Paulo Marcelo Negri Soares	
DOI 10.22533/at.ed.6471916041	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>17</b>
REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA NO ATUAL CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
Sandro Marcos Godoy Luís Eduardo Ribeiro Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.6471916042	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>33</b>
SUBSÍDIOS PARA APRIMORAMENTO DA SESSÃO AUTOCOMPOSTIVA À LUZ DA MODERNA TEORIA DO CONFLITO	
Ana Priscila Coelho Marinho Silva, Ingrid Viana Mota, Katiane América Lima	
DOI 10.22533/at.ed.6471916043	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>45</b>
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS MEDIADORES JUDICIAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: REGULAMENTAÇÃO LEGAL E PERSPECTIVAS EMPÍRICAS A PARTIR DO CAMPO DAS PROFISSÕES JURÍDICAS	
Joaquim Leonel de Rezende Alvim Thais Borzino Cordeiro Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.6471916044	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>62</b>
ISENÇÃO TRIBUTÁRIA AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO PROJETO DE LEI Nº 2.101/11	
Juliana Silva Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.6471916045	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>69</b>
OS RISCOS DA JUDICIALIZAÇÃO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA	
Érica Valente Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.6471916046	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>77</b>
O DIREITO À CIDADE E A OCUPAÇÃO DE ÁREAS ÚMIDAS POR POPULAÇÕES TRADICIONAIS EM MACAPÁ/AP	
Bruno de Oliveira Rodrigues Tayra Fonseca Rezende Jamille Del Castillo Souza Lana Thayane Reis da Costa Paula Carolina Gaião da Silva Thaís Fernandes da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.6471916047	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>101</b>
BIO(NECRO)POLÍTICA NAS ÁREAS DE RESSACAS EM MACAPÁ/AP: DESENHANDO IDENTIDADES DOMESTICADAS ENQUANTO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO DO PODER	
Bruno de Oliveira Rodrigues Wilson Madeira Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6471916048</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>112</b>
A INVASÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E O DIREITO À INDENIZAÇÃO	
Rachel Figueiredo Viana Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6471916049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>119</b>
USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL E SEUS PRINCÍPIOS NORTEADORES	
Vitor Hugo Nunes Lourenço	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64719160410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>132</b>
UMA ANÁLISE SOBRE OS ASPECTOS JURÍDICO-ECONÔMICOS DA NOVA LEI DAS ESTATAIS: A LEI Nº 13.303/2016 E SEU PAPEL NA REGULAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA	
Carlos Leonardo Loureiro Cardoso Maria Angelica Martins Gomes da Silva Patricia Ferreira Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64719160411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>145</b>
UMA REFLEXÃO FILOSÓFICO-ECONÔMICO DE ADAM SMITH: DESMITIFICANDO O SISTEMA MERCADOLÓGICO COMO PROMOTOR DE DESIGUALDADE SOCIAL	
Ernane Washington Pereira Léo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64719160412</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>158</b>
DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO EMPRESARIAL E SUA FUNÇÃO SOCIAL: DO SURGIMENTO AO MODELO ATUAL GT 1 - EMPRESA, DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA	
Bruno Henrique Martins Pirolo Devanir Bruniera Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64719160413</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>163</b>
AS EMPRESAS ESTATAIS COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA	
Clayton Rodrigues Sandra Cristina da Fonseca	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64719160414</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>168</b>
AS INCONGRUÊNCIAS DO GOVERNO BRASILEIRO NA EFETIVAÇÃO DO ACORDO DE PARIS E A RELEVÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA	
Ana Íris Morais Pessoa Daniel Oliveira Gomes Léa Aragão Feitosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64719160415</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>179</b>
INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS PROCESSO DE <i>ACCOUNTABILITY</i> NO BRASIL	
Lásaro Arsênio de Paula Aragão Neto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64719160416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>187</b>
DIREITO E DESENVOLVIMENTO: OBSTÁCULOS E PERSPECTIVAS AO ACESSO À JUSTIÇA	
Antônio Pereira Gaio Júnior	
Ana Carmem de Oliveira Reis	
Larissa Toledo Costa	
Marinea Cruz	
Maristela Cabral de Freitas Guimarães	
Thaís Miranda de Oliveira	
William Albuquerque Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64719160417</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>202</b>
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO REFÚGIO E MIGRAÇÕES: POLÍTICAS PÚBLICAS E OFERTAS CONCRETAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE	
Henrique Rezende Untem	
Sofia Urt Frigo	
Luciane Pinho de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64719160418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>213</b>
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO	
Ricardo Vianna Hoffmann	
Janaina Rosa	
Ana Carolina Baran	
Micaela Bambinetti	
Victor Hugo Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64719160419</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>216</b>
DEMOCRACIA RADICAL E PLURAL: O MODELO AGONÍSTICO DE CHANTAL MOUFFE	
Antonio Kevan Brandão Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64719160420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>228</b>
DITADURAS HAITIANAS NO SÉCULO XX: MEMÓRIAS E DIREITOS HUMANOS	
Loudmia Amicia Pierre-Louis	
Evens Pierre	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64719160421</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>237</b>

## DITADURAS HAITIANAS NO SÉCULO XX: MEMÓRIAS E DIREITOS HUMANOS

**Loudmia Amicia Pierre-Louis**

Universidade Federal da Integração

Latino-Americana (UNILA), Instituto Latino-Americano de Artes, Cultura e História (ILAACH)

Foz do Iguaçu – PR

**Evens Pierre**

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP)

Foz do Iguaçu – PR

**RESUMO:** A história da revolução haitiana, os aspectos culturais do país são desconhecidos para muitas pessoas, não só da Europa, mas também da nossa América. Afinal, não se fala muito sobre o Haiti a não ser de forma estereotipada. Buscando contribuir para desfazer estereótipos e apresentar a história e cultura haitiana, este artigo visa divulgar e problematizar alguns aspectos da história e a memória deste período, em particular sobre a violência do regime duvalierista. Neste trabalho faremos uma breve apresentação do regime mencionado, enfocando alguns aspectos de suas práticas repressivas, da condição feminina e da resistência através da arte. O artigo é um dos resultados do projeto “Ditaduras haitianas no século XX: memória e direitos humanos” que propõe trazer ao conhecimento do público brasileiro aspectos da história haitiana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Haiti, Direitos Humanos, Ditadura, Projeto de extensão, UNILA.

**ABSTRACT:** The history of the Haitian revolution and the cultural aspects of the country are unknown to many people, not only to those from Europe but to our America too. Overall, there isn't greater talk about Haiti except in a stereotyped way. Seeking to contribute to unveil stereotypes and present Haitian's history and culture, this article aims to divulge and problematize some aspects of the history and the memory along this period, particularly the violence throughout the Duvalier's regime. In this paper we will make a brief presentation of the Duvalier's period, focusing on aspects of his repressive practices, the feminine condition and resistance through art. The article is one of the results of the project “Haitian Dictatorships in the Twentieth Century: Memory and Human Rights” which proposes to bring up to attention of the Brazilian public aspects of Haitian history. **KEYWORDS:** Haiti, Human Rights, Dictatorship, Extension Project, UNILA.

### 1 | INTRODUÇÃO

A imigração haitiana no Brasil desde os anos de 2010 vem crescendo de forma extensiva, no entanto, não é difícil constatar que a haitiana, o haitiano e o Haiti são

desconhecidos para os brasileiros. No Brasil quase não existem narrativas históricas sobre o povo haitiano, o que atribuímos ao fato de se referir a uma população negra, já que a própria história das populações negras no Brasil, é desconhecida. Enquanto o Haiti realizava uma revolução anti-imperialista, anti-colonialista e anti-escravagista em prol da liberdade inalienável, no Brasil buscava-se reforçar as bases que sustentavam o sistema escravista. “O fantasma da revolução haitiana” vagueava e assombrava o Brasil e os demais países latino-americanos e caribenhos, países profundamente racistas e econômica e culturalmente subordinados à Europa.

A Revolução haitiana foi a primeira independência da América Latina e simultaneamente o primeiro movimento vitorioso de abolição da escravidão, além de ser o mais radical dos movimentos anticolonialistas do continente. Isto não passou despercebido pelos escravos brasileiros, que evocavam em diversos momentos a Revolução Haitiana (NASCIMENTO, 2008), tampouco foi ignorado pelas elites coloniais, que promoveram um “endurecimento das leis escravistas e dos mecanismos coercitivos, além de uma atitude menos tolerante para com os homens livres de cor” (NASCIMENTO, 2008, p.127), pelo pavor que o já referido processo de “haitianização” provocava nessas elites. Para as elites brasileiras, o Haiti não era apenas um exemplo histórico diferente, mas sim um “exemplo perigoso.” Daí o porquê foi tão limitado o contato entre o Haiti e as nações da região.

Conseqüentemente a recente imigração haitiana para o Brasil, que pôde se constituir em um fluxo permanente (INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS, 2014) se depara com um país profundamente desigual em que a população negra no país é atingida em maiores proporções pela pobreza, desemprego e violência do que a população branca (GUIMARÃES, 2006). Assim, desafios de diferentes ordens fizeram-se evidentes ao Estado brasileiro, entre os quais a dificuldade de estabelecer políticas sólidas de acolhimento, garantias de acesso à justiça, ao mercado de trabalho, ao serviços de saúde, além de não impedir que os imigrantes sejam alvos de xenofobia e racismo.

Considerando este quadro, fica evidente que o Estado brasileiro deve se articular para desenvolver mecanismos que reduzam a xenofobia e o racismo a que os imigrantes desta ilha do caribe são submetidos no país, o que certamente se estende à imigrantes de outras nacionalidades, em particular do continente africano. Pensamos que uma das maneiras de enfrentar estes problemas é conhecer estes imigrantes, sua história e sua cultura. É importante também a divulgação de informações que desmistificam a ideia de que os imigrantes são “ladrões de empregos”, “de vagas no Sistema Único de Saúde”, “no ensino” etc, já que apenas 0.4% da população brasileira é imigrante (MANTOVANI, 2018). Entretanto, novas medidas tomadas pelo governo atual, como a saída do país do Pacto Global da ONU sobre a Migração (GONÇALVES, 2019) delineiam uma perspectiva sombria para os imigrantes, já que as políticas do novo governo tendem a exacerbar a xenofobia e racismo.

Este artigo é um dos resultados de um projeto de extensão da Universidade

Federal da Integração Latino-americana - Unila, intitulado “Ditaduras Haitianas no século XX: memória e direitos humanos”, que pretende divulgar a história haitiana no século XX, em particular as ditaduras dos Duvalier, oferecendo, assim, condições de compreender a história do povo haitiano “para além do terremoto” tendo como ponto de partida um período histórico em que o país caribenho apresentou muitas similaridades com outros países da região: as ditaduras da segunda metade do século XX, em que ocorreram graves violações dos direitos humanos em quase todo o continente.

Para tanto, no seguinte trabalho faremos uma breve apresentação do período duvalierista, enfocando alguns aspectos de suas práticas repressivas, da condição feminina e da resistência através da arte.

## 2 I A ÉPOCA DUVALIERISTA

O Estado haitiano sempre gravitou ao redor do executivo; com François Duvalier, o executivo se torna o Estado. O Estado haitiano sempre contribuiu para enriquecer seus líderes, com François Duvalier, o enriquecimento de líderes torna-se o próprio princípio da contabilidade governamental, o Estado haitiano sempre foi violento, com François Duvalier, a legitimidade da violência cotidiana torna-se o próprio princípio das relações entre o Estado e a nação (TROUILLOT, 1990, *apud* VOLTAIRE, 2015, p.28. Tradução nossa).

Como em muitos sistemas ditatoriais, a era do duvalierismo, dividido entre pai, François Duvalier (1957-1971) e filho, Jean-Claude Duvalier (1971-1986), se caracterizou pelo terror. Terror assegurado pelos *tontons macoutes*, grupo que era instrumento de repressão contra seus opositores, o corpo especial dos “voluntários da segurança nacional”. Oriundos das diferentes classes sociais e estando presentes em todas as instituições do país, este corpo de 40 mil homens segundo François Duvalier “tinha uma alma só: Duvalier, conhecia um único chefe: Duvalier e lutava para um único objetivo: Duvalier no poder” (HURBON, 1987, p.13. Tradução nossa). Os Voluntários de Segurança Nacional receberam então do ditador um poder ilimitado particularmente nas áreas rurais.

Os *tontons macoutes*, apesar de serem os principais agente da repressão na época duvalierista, não foram os únicos. O terror também era praticado à serviço da ditadura pelas Forças Armadas Haitianas (FADH) - a polícia militar, a polícia rural. Havia também o Corpo de Leopardo criado em 1973 por Jean-Claude Duvalier, como uma força de segurança pessoal, treinados nos Estados Unidos, entre outros grupos armados, legais ou ilegais. Entre os Voluntários da Segurança Nacional havia, inclusive, um grupo feminino, as *Fillettes Lalo* ou *Marie Jeanne*, responsáveis por massacres e tortura de famílias inteiras, bebês, idosos (Amnesty International, 2011).

*Marie Jeanne* é o nome de uma heroína nacional, que lutou nas guerras de independência e foi guarda de J. J. Dessalines, considerado “pai da independência” no Haiti. Os Duvalier se apropriaram de figuras caras à memória nacional, com vistas à construir uma imagem de si como continuador do nacionalismo e patriotismo

desenvolvido na época da revolução de independência. Esta construção implicava também a valorização e a defesa da raça negra e da cultura popular. Tratava-se de uma narrativa que deslocava elementos da memória e da identidade popular, resignificando-os e destituindo-os de seus sentidos de resistência.

Foucault (2005, [1992]) apresenta-nos o conceito de contra-história, que surge como o discurso histórico dos silenciados, dos desfavorecidos, em oposição à história dos soberanos, dos poderosos. Os movimentos indigenistas, da negritude, de “minorias” diversas, constituem as narrativas destas contra-histórias. No entanto, no Haiti, os Duvalier se apropriaram dos elementos desta contra-história para oprimir justamente aqueles que já são oprimidos. Pertencente à corrente dos indigenistas, Duvalier transformou as ideologias da negritude, fazendo uso nefasto dos componentes culturais populares, para a “reabilitação” da raça negra subjugada, ridicularizada pelos mestiços, pelos intelectuais.

O ditador, por exemplo, definia o vodu como “alma do povo”; no entanto, não oficializou nenhuma religião, e não reconhecia o vodu como tal e passou a usar a prática como outra forma de manter a população dominada. O ditador se dizia adepto do vodu, fazia acreditar que possuía poderes dos *lwa* (*entidades*) para governar, reforçando a imagem negativa que se tinha do vodu na sociedade, relacionando-o ao mal.

O discurso indigenista no Haiti se constituiu como elemento de luta contra o imperialismo estadunidense, como discurso de libertação e de emancipação do povo, ele foi readaptado contra da nação; A revolução de 1791 foi banalizada pelo governo ditatorial ao retomar práticas escravistas de tortura como “*Djak*” ou “Pau de Arara”, ou venda de milhares de camponeses como neo-escravos, cortadores de cana na República Dominicana (LEMOINE, 1990, *apud* HURBON, 1987). O campesinato, grupo social que desde sempre “representou” o “atraso” do país foi duramente atingido pela repressão duvalierista. Para exemplificar a dificuldade que vivia a população camponesa no Haiti, basta mencionar que nas áreas rurais, onde vivia 80% da população, havia apenas 500 escolas, enquanto a grande maioria se encontrava na capital, Port-au-Prince; “Nas cidades, 1 criança em 6 vai na escola contra 1 em 11 nas zonas rurais. As escolas [...] urbanas dispõe de um professor para 32 estudantes, e a relação é de 1 por 68 ou mais nas rurais” (Instituto haitiano da estatística, 1971, *apud*, HURBON, 1979, p.81. Tradução nossa). Os dados mostram uma decadência na agricultura, no turismo, nas indústrias, em geral na economia do país, o aumento significativo da imigração para as demais ilhas do caribe, os Estados Unidos, enquanto, 40% dos recursos públicos foram destinados às forças da repressão.

Tal governo se caracterizou pelo roubo, corrupção, prisão arbitrária, tortura, morte em custódia, desaparecimento, assassinatos de líderes políticos, jornalistas, sindicalistas e “comunistas”. O que era seguro é que qualquer um podia ser suspeito de ser um anti-duvalierista, qualquer um que os *macoutes* cobiçavam os bens, qualquer mulher que se negava a eles (HAÏTI LUTTE CONTRE L’IMPUNITÉ, 2015). Frente a tal

situação, à população haitiana se ofereceram poucas opções de sobrevivência: a fuga pela imigração, o exílio, a submissão ao regime, a participação ativa nele, a morte, a resistência (HURBON, 1979).

Como lembra Fouché (1974, p.28) “a noite no Haiti parece nunca ter sido tão sombria como durante o regime duvalierista: sem luzes, “sem lua e sem estrelas”” (*apud* VALERIO, 2016, p.125. Tradução nossa). Durante o tal período o país viveu uma repressão desumana, onde os direitos “inalienáveis” foram violados. A justiça apenas funcionava em alguns casos raros através da pressão internacional.

O Estado haitiano foi transformando gradualmente a violência prática normal e banal. Caracterizado pela repressão, a negação dos direitos humanos, as expressões artísticas foram explicitamente proibidas, no entanto, a literatura haitiana assumiu como missão denunciar o poder e os crimes cometidos pelos Duvalier. Segundo Joëlle Vitiello (1998) a literatura nacional haitiana propriamente dita nasceu com o movimento indigenista e se caracterizou por seu aspecto político e social, a ditadura dos Duvalier reforçará tal aspecto. Apesar da ausência de políticas culturais, a literatura, especificamente o teatro de contestação contra as injustiças duvalieristas florescerá.

Entre os escritores que trazem sua literatura como crítica às condições sociais do período ditatorial, a maioria escreve desde o exílio como é o caso de Gérard Chenet que foi exilado no Senegal. Na sua obra *Zombis Nègres* de 1971 ele aborda o problema - pouco conhecido, apesar das suas inúmeras vítimas - da desapropriação de terra dos camponeses pelo poder ditatorial. Franck Fouché, outro autor, nas suas obras *Trou de dieu* (1967), *Général Baron-La-Croix* (1974), no seu exílio ao Québec denuncia as violências, o abuso de poder, as torturas e execuções em massa praticados pelos Duvalier, apresentados sob a figura paterna da nação. Já Frankétienne, no Haiti em *Kaselezo* (1986) trata através do simbolismo de uma gravidez difícil, a violência dos homens contra as mulheres e a injustiças sofridas pela população em geral durante a tal ditadura.

Pois, estando a mulher haitiana numa posição desvantajosa em comparação com o homem, isso desde os mais remotos tempos - os vários códigos penais, leis do país se asseguraram disso (OFPRA, 2017; LOUIS, 2016), o período ditatorial dos Duvalier reforça tal fato. As mulheres que tinham depois de vários anos de luta e resistência conseguido adquirir alguns direitos foram duplamente oprimidas pelos Duvalier. Como demonstrado por Angela Davis (2013 [1981]), a mulher negra durante o escravismo, sempre foi considerada igual ao homem, exercendo as mesmas atividades que este último. Sua diferença sexual surgia apenas no momento da penalidade, quando além de sofrer das mesmas punições do seu companheiro homem, era violada. Carolle Charles (1995, p.140) demonstra essa particularidade no duvalierismo:

Com a chegada ao poder Duvalier marcou o início de uma política de mão de ferro em todos os setores políticos. Todas as organizações políticas e sociais foram proibidas. Os jornais da oposição foram fechados; os sindicatos se dissolveram. Além disso, o estado duvalierista começou a usar a violência contra as mulheres como um elemento central para estabelecer seu poder e domínio. [...] As mulheres

foram detidas, torturadas, exiladas, violadas e executadas. (*apud*, HAÏTI LUTTE CONTRE L'IMPUNITÉ, 2015).

A violência no Haiti parece ser irremissível. Os Duvalier são a representação disso. A violência duvalierista excedeu ao ambiente público, para se acomodar dentro da vida privada, na relação familiar, amistosa, amorosa. No final das contas, como saber quem é *tonton macoute* ou não?! Hurbon (1987) nos diz que qualquer um podia estar ao serviço do Estado sem que seus mais próximos soubessem, e as relações privadas não livraram as pessoas de serem denunciadas como anti-duvalieristas. Banalidade e normalidade! “Os tiros? Estamos acostumados a isso”, exclama, um dos seis irmãos em *Trou de dieu*” (FOUCHÉ 1967, p.58-59 *apud* VALERIO, 2016, p.120. Tradução nossa). Sendo assim “a fúria dos Duvalier foi exercida não somente contra os inimigos do regime, [...] bem como, no dia a dia de todos os haitianos, dos camponeses aos intelectuais, ultrapassando o físico para o psicológico” (VALERIO, 2016, p.119) e foi assim adaptada no teatro. “Sim, meu amigo, a força, nada mais que a força [...] essa força é ainda mais bonita que injustificável e esmagadora” (FOUCHÉ, 1974, p.16-18 *apud* VALERIO, 2016, p.120, tradução nossa). O poder ilimitado do *macoutisme* era evidentemente esmagador, absurdo.

Yvonne Hakime Rimpel, mulher jornalista, foi a primeira vítima do Duvalierismo, por denunciar na imprensa em 6 de setembro de 1957, as eleições fraudulentas e alertar do grande período de terror que traria Duvalier (VOLTAIRE, 2015). Dessa maneira ressaltamos que durante o “Duvalierismo” um grande número de mulheres desapareceram, morreram e o estupro era mais do que comum, muitas tiveram de fugir do país outras ficaram e a luta e resistência delas se deu tanto no exílio como no próprio solo haitiano de várias formas. Pois, sempre foram parte integrante das lutas sociais e políticas para a liberdade no Haiti. Não estavam ausentes na Revolução de 1791- Catherine Flon, Victoria Montou, Sanite Belair, Marie Jeanne Lamartinière, Marie-Claire Heureuse -, das várias sublevações camponesas, puseram fim à ditadura do General Magloire (1950-1956) e conquistaram o direito ao voto em 1957 através da Ligue Féminine d’Action Sociale (BOUCHEREAU, 1957) - perdido com os Duvalier - e do mesmo modo deram lugar ao fim da ditadura militar em 7 de fevereiro de 1986.

Como trabalhado por Mary Nash (2006), o movimento feminista na América-Latina, e neste caso no Caribe, se caracterizou nos anos 80 pelo “maternalismo social”. A mulher mãe e companheira, lutará de maneira pacífica contra os regimes totalitários de seus países, transformando sua figura materna como arma política para garantir a subsistência familiar. O movimento feminista se articulou com os demais movimentos sociais em prol da justiça e dos direitos humanos. E no Haiti a participação ativa da mulher na luta contra a tirania foi crescente. Muitas mulheres tomaram um posicionamento público para exigir a liberação de seus próximos, prisioneiros políticos na prensa. Muitas fizeram uso da literatura para denunciar a ditadura como a romancista Marie Vieux Chauvet em *Amour, Colère et Folie*, de 1968.

### 3 | CONCLUSÃO

O Haiti em todo seu processo histórico sofreu de muitos governos autoritários, no entanto nenhum foi tão violento quanto o dos Duvalier. O terrorismo dos Duvalier assegurado por principalmente os *tontons macoutes*, ou o corpo especial dos “voluntários da segurança nacional” mas também pelas Forças Armadas Haitianas (FADH), o Corpo de Leopardo e as *Fillettes Lalo* ou *Marie Jeanne*, foram responsáveis ao todo pelo assassinato de aproximadamente 40 e 60 mil, superando em muito os ocorridos em outras ditaduras no mesmo período na América Latina. Além de avaliar a mais de 220 milhões de dólares americanos a quantia roubada pelos ditadores e seus familiares (HAÏTI LUTTE CONTRE L'IMPUNITÉ, 2015), enquanto a economia do país piorava e a população jazia na miséria e na sujeira.

No próprio Haiti a ditadura consiste em um tema tabu. Não se fala da ditadura, não se ensina sobre a ditadura, não há nenhum tipo de monumento erigido para lembrar as vítimas dos Duvalier. E a justiça em tudo isso, e a memória em tudo isso? (HURBON, 1990; PIERRE LOUIS, 1990). As histórias das ditaduras latino-americanas e caribenhas muitas vezes tem sido obscurecidas pela ação de instituições estatais, por grupos implicados nos crimes do período e pela grande mídia que em alguns momentos apoiou intensamente o aparato repressivo clandestino de tortura e, morte. O Haiti como em outros países latino americanos possuiu Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação, que se concentrou nos crimes ocorridos entre 1991 e 1993, não tratando das ditaduras dos Duvalier (CNVJ, 1995).

Num quadro em que recrudescer a violência na América Latina e no mundo, em que os ataques aos imigrantes são crescentes, em que se retrocedem as políticas de ação afirmativas com vistas à reparação histórica da dívida do Estado brasileiro com a população negra e em que intolerâncias de todos os tipos grassam na sociedade, é de suma importância refletir sobre o Haiti, os haitianos e seu desenvolvimento histórico.

Se o Estado se nega a empreender um trabalho contra esquecimento e para a justiça, os artistas não deixam de trazer nas suas músicas, pinturas, literatura, exposições a violência exercida pelo poder duvalierista.

Nesse sentido o projeto “Ditaduras haitianas no século XX: memória e direitos humanos” visa a divulgação de conhecimento acerca da história e da cultura do Haiti tanto para o público estrangeiro - o que pode contribuir para o exercício de respeito e de tolerância para com os imigrantes haitianos mas também que permita à brasileiros e outros povos latino-americanos e caribenhos o estabelecimento de conexões entre as histórias dos países da região - como do público haitiano. Pois, o Haiti ao igual à maioria dos países do continente passou por um longo período ditatorial sangrenta, e não se observa esforços estatais para recuperar e divulgar a história recente do país, além de desmistificar e problematizar as ditaduras haitianas e construir novas narrativas sobre elas (MURGUEITIO, 2012).

É neste esforço de dar visibilidade a história recente do Haiti, com centralidade

nos direitos humanos, que este projeto de extensão se insere e tem trabalhado para a publicação de um material de divulgação científica adequado ao público tanto universitário como o não-universitário. O projeto busca então difundir a história haitiana através da confecção de uma cartilha impressa e digital, além de uma página na internet, com conteúdos didáticos e escrito nas seguintes línguas: português, francês, espanhol, kreyòl e guarani, visando dar acesso a este conhecimento a todos os povos da tríplice fronteira e além dela. A cartilha e a página da web serão apresentadas como “produtos” finais do projeto, serão a culminância de trabalhos prévios de sistematização de informações, estudos e divulgação realizados pelos participantes do projeto.

## REFERÊNCIAS

Amnesty International. “**On ne peut pas tuer la vérité**” Le dossier Jean- Claude Duvalier. septembre 2011.

BOUCHEREAU, Sylvain Madeleine. **Haïti et ses femmes**. Une étude d'évolution culturelle. Port-au-Prince, Haïti: Les Éditions Fardin, 1957. 253 p.

COMMISSION NATIONALE DE VÉRITÉ ET JUSTICE (CNVJ) 1995. Disponível em: <[http://dhnet.org.br/verdade/textos/cv\\_haiti\\_criacao.pdf](http://dhnet.org.br/verdade/textos/cv_haiti_criacao.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2016.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. Plataforma Gueto, 2013 [1982].

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1992]. p. 75-99.

GONÇALVES, Carolina. Bolsonaro confirma revogação da adesão ao Pacto Global para Migração. **Agência Brasil EBC**, Brasília, 9 jan. 2019. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/bolsonaro-confirma-revogacao-da-adesao-ao-pacto-global-para-migracao>>. Acesso em: 10 jan. 2019

GUIMARÃES, Roberta de Oliveira. **Desigualdades salarial entre negros e brancos no Brasil: discriminação ao exclusão?** Econômica, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2 p. 227-251, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.revistaeconomica.uff.br/index.php/revistaeconomica/article/viewFile/152/>>. 28, acesso em 01/11/2016.

HAÏTI LUTTE CONTRE L'IMPUNITÉ. **Femmes Haïtiennes durant la dictature duvaliériste** (1957-1986). Exposição OppresSoeurs/Opprimées: 2015. Disponível em: <<http://expo.haitiluttecontre-impunite.org/#chapter-357069>>. Acesso em julho 2018.

HURBON Laënnec. **Culture et dictature en Haïti**. L'imaginaire sous contrôle. Paris: Les Éditions L'Harmattan, 1979.

HURBON, Laënnec. **Comprendre Haïti. Essai sur l'État, la nation, la culture**. Les Éditions Karthala, 1987.

HURBON, Laënnec. Liminaire: Mémoire, vengeance et justice. In **Chemins Critiques. Revue haïtiano-caraibéenne**. v. 1, n 4, Jul 1990. p. 1-10.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. “**Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral**”, maio de 2014. Disponível em:<<http://www.migrante.org.br/index.php/migracao-haitiana2/252-projeto-estudos-sobre-a-migracao-haitiana-ao-brasil-e-dialogo-bilateral> , acesso em 01/11/2016>. Acesso em julho 2018.

JEAN-BAPTISTE, Chenet. **Mouvements populaires et Partis politiques (1986-1996)**. Thèse (de doctorat Science politique) - Université Sorbonne Nouvelle - Paris 5, juillet 2011.

LOUIS, Dantil. Desigualdad y participación política de las mujeres en Haiti: entre luchas, obstáculos y logros. In: HENRICH, Ivonne Farah [et al.]. **Nuevas problemáticas de género y desigualdad en América Latina y el Caribe**. 1ra ed. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2017. p. 51-91. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20170313031536/NuevasProblematicasDeGeneroyDesigualdad.pdf>>. Acesso em nov. 2018

MANTOVANI, Flávia. Brasileiro superestima em 75 vezes o número de imigrantes no país, diz pesquisa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 dez. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/12/brasileiro-superestima-em-75-vezes-o-numero-de-imigrantes-no-pais-diz-pesquisa.shtml>>. Acesso em 12 jan. 2019

MURGUEITIO MANRIQUE, Carlos Alberto. La Dictadura de Duvalier en Haïti y la Política de Contención al Comunismo en las repúblicas insulares del Caribe, (1957–1963). **Historia y Espacio: Revista da Universidad del Valle Colombia**, n. 35, p. 35-72, 2012.

NASCIMENTO, Washington Santos. “São Domingos, o grande São Domingos”: repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista (1791 – 1840). **Dimensões: Revista do Programa de pós-graduação em História da UFES, Vitória**, n.21, 2008.

NASH, Mary. Identidades de género, mecanismos de subalternidad y procesos de emancipación femenina. **Revista CIDOB d’Afers Internacionals**, n. 73-74, p. 39-57, 2006.

OFPPRA (Office français de protection des réfugiés et apatrides). **Les violences faites aux femmes**, 9 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/59bbdb804.html>>. Acesso em 25/10/2018

PIERRE LOUIS, Michèle D. Le refus de L’oubli. In **Chemins Critiques. Revue haïtiano-caraïbéenne**. v. 1, n 4, p. 13-19, Jul. 1990.

VALERIO Francesca. Le théâtre haïtien de l’ère duvaliériste (Franck Fouché, Gérard Chenet, Frankétienne. In: **Interfrancophonies: Revue des littératures et cultures d’expression française**, n. 7, 2016. p. 117-136. Disponível em: <<http://interfrancophonies.org/nouvelle-serie/7-2016/100-le-theatre-haitien-de-l-ere-duvalieriste-franck-fouche-gerard-chenet-franketienne.html>>. Acesso em: ago. 2018

VITIELLO, Joëlle. La littérature post-duvaliériste en Haïti. **LittéRealité**, Vol. 10, 1998. Disponível em: <[http://works.bepress.com/joelle\\_vitiello/18/](http://works.bepress.com/joelle_vitiello/18/)>. Acesso em 22 de ago. 2018

VOLTAIRE, Frantz. **Mourir pour Haïti**. La résistance à la dictature en 1964. Éditions du CIDIHCA, Montréal, 2015.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**RENATA LUCIANE POLSAQUE YOUNG BLOOD** docente do Centro Universitários Santa Amélia Ltda (UniSecal) na Cidade de Ponta Grossa-PR. Coordenadora do Curso de Direito da UniSecal. Coordenadora de grupo de pesquisa da linha Justiça Restaurativa do Curso de Direito da UniSecal. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Gestão Empresarial pelo Instituto Superior de Administração e Economia e Mercosul/Fundação Getúlio Vargas (ISAE/FGV). Mestre e doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual em Ponta Grossa (UEPG). Facilitadora e Capacitadora da Metodologia da Justiça Restaurativa pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Advogada nas áreas cível e família, com experiência na aplicação das metodologias consensuais de resolução de conflito: Conciliação, Mediação e Justiça Restaurativa.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-264-7

